

# Fronteiras

## Revista Catarinense de História

### Nacionalismo e regionalismo em diferentes cenários museológicos brasileiros: distintas concepções de museus

### Nationalism and regionalism in different Brazilian museological scenarios: distinct conceptions of museums

Silvânia de Jesus Pina<sup>1</sup>  
Humberto da Silva Miranda<sup>2</sup>

#### Resumo

Os museus brasileiros nascem associados a discursos científicos e ao surgimento do Estado-Nação com práticas museológicas realizadas pelos grandes museus nacionais. Sendo assim, o artigo objetiva analisar o museu como espaço de representação do Brasil, destacando a invenção da nacionalidade proposta pelo Museu Histórico Nacional (MHN) em 1922 e a construção da regionalidade criada pelo Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) a partir de 1979. Nessa perspectiva, a questão que norteia este estudo buscar problematizar a concepção de museu construída em diferentes décadas pelas práticas museológicas realizadas pelos museus analisados. O artigo organiza-se em três seções. Na primeira, problematiza-se a política de memória nacional implementada pelo MHN, na segunda seção volta-se à análise da memória regional elaborada pelo MUHNE e a terceira seção, dedica-se à discussão da concepção de museu que fundamenta o pensamento museológico das instituições estudadas, examinando os referenciais epistemológicos que orientam suas práticas e discursos.

**Palavras-chave:** Museologia; Nacionalismo; Regionalismo.

#### Abstract

Brazilian museums emerged associated with scientific discourses and with the rise of the nation-state, through museological practices carried out by the great national museums. Thus, this article aims to analyze the museum as a space for representing Brazil, highlighting the invention of nationality proposed by the Museu Histórico Nacional (MHN) in 1922 and the construction of regional identity implemented by the Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) from 1979 onward. From this perspective, the guiding question of this study seeks to problematize the conception of museum constructed in different decades through the museological practices developed by the aforementioned museums. The article is organized into three sections. The first problematizes the national memory policy implemented by the MHN; the second focuses on the analysis of the regional memory elaborated by the MUHNE; and the third section is devoted to discussing the conception of museum that underpins the museological thinking of the analyzed institutions, examining the epistemological references that guide their practices and discourses.

**Keywords:** Museology; Nationalism; Regionalism.

<sup>1</sup> Doutoranda em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Brasil. E-mail: silvaniajesuspina12@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0006-6183-2347>

<sup>2</sup> Doutor em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Brasil. E-mail: humberto.miranda@ufrpe.br | <https://orcid.org/0000-0002-6045-3453>

## Introdução

O museu configura-se como uma instituição de exercício do poder simbólico, conforme a perspectiva de Pierre Bourdieu (1989), na medida em que participa ativamente da produção e legitimação de determinadas representações. Nesse sentido, tais instituições desempenham papel relevante na formação do pensamento social, uma vez que nelas se materializam discursos sobre a história e as identidades. No âmbito museológico, a exposição assume a função de uma narrativa materializada, construída a partir de objetos que operam como evidências e testemunhos do passado. Esses artefatos conferem legitimidade e veracidade às narrativas apresentadas, contribuindo para a consolidação de determinadas interpretações históricas (Reis, 2021). Assim, o discurso expositivo não se limita à simples apresentação de objetos, mas constitui uma forma de mediação simbólica que organiza sentidos sobre o passado e o presente.

À vista disso, Françoise Choay (2001) destaca que a marcação simbólica do espaço constitui um elemento fundamental para a construção e a perpetuação das identidades. Para a autora, a inscrição de determinados símbolos no espaço, funciona como uma estratégia de rememoração, na medida em que estabelece referências materiais que orientam a memória social. Desse modo, a presença de símbolos e marcas espaciais contribui para a construção de identidades e memórias, evidenciando as relações entre valores culturais, espaço e temporalidade.

Nesse horizonte, compreendendo os museus “como projetos de civilização, metamorfoses de significados e sentidos culturais” (Chagas, 2005, p. 24), o artigo objetiva analisar o museu como espaço de representação do Brasil em períodos distintos, destacando a invenção da nacionalidade proposta pelo Museu Histórico Nacional em 1922 e a construção da regionalidade criada pelo Museu do Homem do Nordeste no ano de 1979. Para desenvolver este estudo, utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica exploratória, com análise qualitativa sob uma perspectiva fenomenológica, focando na compreensão e interpretação do fenômeno descrito, considerando que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo e a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante (Minayo, 2010).

A discussão teórica acerca do espaço material dos museus parte do pressuposto de que o museu não é apenas um edifício destinado a guardar objetos, mas uma instituição cultural cuja materialidade é social e simbolicamente construída “pelo tenso entrecruzamento de diversas relações entre grupos étnicos, classes sociais, nações, categorias profissionais, público,

coleccionadores, artistas, agentes do mercado de bens culturais, agentes do Estado” (Gonçalves, 2005, p. 255).

Para Cabral (2008, p. 214), “os museus operam, acima de tudo, com objetos considerados instrumentos de construção social e simbólica de identidades e memórias”. A denominada cultura material, nesse contexto, assume papel central nos processos de produção e reprodução das relações sociais, na medida em que os objetos não apenas refletem práticas sociais, mas participam ativamente de sua constituição histórica. Conforme argumenta Meneses (1994), os artefatos devem ser compreendidos não apenas como produtos da ação humana, mas como vetores de relações sociais, inscritos em dinâmicas simbólicas, econômicas e culturais.

Nessa perspectiva, a escolha do Museu Histórico Nacional (1922) e do Museu do Homem do Nordeste (1979) como objetos de análise deste estudo se justifica porque nas sociedades ocidentais modernas, os museus foram historicamente associados aos espaços de consagração da cultura letrada e erudita, em contraposição às expressões vinculadas às culturas populares. Tal vinculação contribuiu para a construção de uma hierarquização simbólica dos bens culturais, situando o museu como instância legitimadora de determinadas narrativas, saberes e sensibilidades.

Na verdade, esse processo de circulação da cultura está submetido a divisões e hierarquias, a estruturas nacionais e locais, cuja lógica de funcionamento precisa ser decifrada para que se possam perceber os limites reais e avaliar os efeitos sociais. Ao adquirir, por variados meios, objetos das mais diversas procedências, ao classificá-los como componentes de uma determinada coleção e ao exibi-los publicamente, os museus modernos não somente expressam como fabricam ideias e valores por meio dos quais as relações entre sociedades, grupos e categorias sociais são pensadas (Gonçalves, 2005).

A Europa no século XVIII, inaugura um movimento que é denominado por Jaques Le Goff (2007) como a Era dos Museus Nacionais, que corresponde ao período marcado pelas conquistas da Revolução Francesa e pelo avanço dos nacionalismos, que trouxe a disponibilidade dos documentos históricos, fazendo da memória, desde então, um objetivo e um instrumento de governo.

Nesse horizonte, Nedel (2005) esclarece que a diferença fundamental dos museus dessa época para com os antigos gabinetes de curiosidades é que agora as coleções adquirem o sentido de patrimônio, propriedade não mais de nobres admiradores em câmaras fechadas, mas pertencentes aos povos e disputadas pelos Estados. Percebe-se, porém, um gradativo afastamento da referência inicial, inspirada no modelo de funcionamento dos museus

etnográficos europeus e brasileiros, em direção e à adoção de uma perspectiva regionalista de reconstrução do passado local. Mirando esses movimentos da história nos museus, percebe-se a vinculação estreita de seus agentes com a construção de determinados vieses do passado, seja nacional, seja regional, cujos personagens e acontecimentos eram selecionados para investigação no âmbito de uma preocupação maior de valorização e consagração de determinadas memórias em sintonia com os interesses e desejos do presente.

No século XIX, o desenvolvimento dos museus históricos está associado ao surgimento das nacionalidades, na qual a História Nacional representaria a culminação do desenvolvimento da civilização. Nesse contexto, toda sociedade, para afirmar e reforçar sua identidade “procura construir uma memória, de preferência unificada, homogeneizada” (Meneses, 1994, p. 07). A memória, assim, aparece como operação ideológica, formadora de imagem, representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações. Nesse processo, o museu histórico tem papel preponderante na escolha de objetos relacionados a biográfica e fatos relacionados às figuras excepcionais do passado. Daí ser comum considerar que sua função principal é evocar e celebrar o passado (Meneses, 1994). Foi nesse processo de disputas, que os museus começaram a ser criados no Brasil ao longo do século XIX, tendo, entre suas primeiras funções, a definição, classificação e conservação de coleções, a partir de parâmetros naturalistas e evolucionistas (Heitor, 2017). No cenário brasileiro, somente na década de 20 do século XX é que se condensa o museu histórico como categoria distinta das demais (Meneses, 1994).

Fundamentado nos pressupostos anteriormente delineados, a questão que norteia este estudo buscar problematizar a concepção de museu construída em diferentes décadas pelas práticas museológicas realizadas pelo Museu Histórico Nacional (1922) e as práticas produzidas pelo Museu do Homem do Nordeste (1979). Para tanto, sustenta-se a hipótese de que as relações estabelecidas entre estes distintos espaços museais têm sido progressivamente ressignificadas a partir da emergência da museologia social que tenciona fronteiras simbólicas, redefine práticas curatoriais e reconfigura os regimes de representação cultural no âmbito das instituições museológicas.

O artigo estrutura-se em três seções articuladas entre si. Na primeira, problematiza-se a política de memória nacional implementada pelo Museu Histórico Nacional (MHN), instituição dedicada à construção e difusão de narrativas sobre a história do Brasil, localizada na Praça Marechal Âncora, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Busca-se examinar de que modo suas práticas curatoriais, expográficas e discursivas operam na produção de determinadas

representações da nação, evidenciando os enquadramentos simbólicos que articulam memória, patrimônio e identidade no interior do projeto nacional.

A segunda seção volta-se à análise da memória regional elaborada pelo Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), órgão federal vinculado à Fundação Joaquim Nabuco, localizado na cidade do Recife, capital de Pernambuco. Nesse momento, investiga-se como a instituição constrói uma narrativa museológica centrada nas especificidades históricas, sociais e culturais do Nordeste brasileiro, tensionando, ampliando ou dialogando com os discursos hegemônicos de caráter nacional.

Por fim, a terceira seção dedica-se à discussão sobre a concepção de museu que fundamenta o pensamento museológico das instituições analisadas, examinando os referenciais epistemológicos que orientam suas práticas e discursos. Procura-se, assim, compreender como diferentes matrizes interpretativas informam os processos de seleção, preservação e exposição do patrimônio, bem como suas implicações na produção de sentidos sobre o passado e na conformação de identidades coletivas.

### **Museu Históricos Nacional e a reverência à nação**

O início do século XX marca o momento de expansão e transformações dos museus no Brasil, os quais tornaram-se espaços privilegiados de saber e subjetivação, atuando como lugar de representação e experiência com o real, por via de inclusões e exclusões, ditos e não-ditos na formação de sujeitos e de relações societárias (Heitor, 2017). Nos museus nacionais, sobretudo os históricos, está em pauta a preservação, o uso e a transmissão de determinada herança cultural, composta de fragmentos a que se atribui o papel de representação de determinados eventos, narrados sob determinada ótica. Essa herança, à medida que se articula com fatos, acontecimentos, processos e conjunturas políticas, é convertida em memória política. Por sua vez, a preservação e a difusão dessa memória está atrelada à política de memória posta em curso pelas instituições museológicas (Chagas, 2009). De modo geral, Santos (2009, p. 115) afirma que “os grandes museus nacionais fazem parte da construção dos Estados nacionais, do discurso cientificista e historicista que se tornou hegemônico nos últimos dois séculos, e do aumento da participação popular em arenas públicas centralizadas” e nesse entendimento a autora destaca que:

Em 1922, por iniciativa de Gustavo Barroso, foi criado o primeiro museu de História no país, o Museu Histórico Nacional (MHN), instituição que se voltava para o “culto à

saudade” e para reverenciar a tradição, aspectos rejeitados pelos republicanos positivistas. O MHN, inspirado pela tradição romântica e de forte caráter militarista, enaltecia os grandes heróis nacionais e voltava-se para a preservação do patrimônio pertencente às elites do país (Santos, 2009, 117).

Gustavo Barroso desenvolveu um papel decisivo no desenho institucional que marcou o desenvolvimento da Museologia no Brasil. Diante disso, é importante destacar que Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, nasceu em Fortaleza, no Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888, criou o curso de Museologia, em 1932, instituição que, até hoje, exerce papel fundamental na formação dos profissionais que ocupam posições relevantes nos diversos museus espalhados nacionalmente, bem como a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio nacional. A influência de Barroso não pode ser subestimada, pois ele foi intelectual de primeira grandeza no cenário nacional. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1923, aderiu à Ação Integralista Brasileira em 1933 (Santos, 2009).

O Museu Histórico Nacional pode ser considerado um marco de transição, no que diz respeito ao perfil institucional dos museus, uma vez que “o século XIX fora responsável basicamente pela criação dos grandes museus de História Natural, marcados pelo ciclo das grandes viagens exploratórias, pela extração das riquezas naturais do país e pelo início do desenvolvimento da Ciência Natural” (Santos, 2009, p. 118). No entanto, variam os períodos de fundação do Museu Nacional (MN) em 1808, Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) em 1866, Museu Paulista (MP) em 1894, mas os períodos de gênese são basicamente os mesmos. Tratava-se, naquela época, de erguer o Império, como tradição da nova nação que se formava. Nesse processo, Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 90) ressalta que:

No país, esses centros cumprirão papéis específicos. Cópia dos modelos europeus estabelecerão uma prática bastante isolada em relação aos demais estabelecimentos científicos nacionais dialogando basicamente com os museus europeus e americanos. Por outro lado, ao adotar modelos evolucionistas e darwinistas sociais, tomarão parte, de forma específica, do debate que se travava acerca das perspectivas dessa jovem nação.

Importa, porém, sublinhar que a criação dos museus locais está igualmente atrelada a uma lógica que vem de fora. Primeiramente, muito antes de aqui se iniciar um debate sobre a instalação de instituições científicas desse tipo, o Brasil já era considerado local privilegiado para a obtenção de coleções e matéria-prima necessária aos museus europeus. Por outro lado, “quando finalmente montados, os estabelecimentos locais se constituirão em home-lands para viajantes financiados por museus estrangeiros e para uma antropologia nascente” (Schwarcz,

1993, p. 91). Portanto, nesse momento, a importância científica dos museus estava mais interligada à lógica dos centros do exterior do que a uma efetiva produção intelectual brasileira.

De acordo com Regina Abreu (1996, p. 164), “com o Museu Histórico Nacional passou a existir no país uma instituição de cultura consagrada à brasilidade de um ponto de vista histórico, o objeto privilegiado consistia no processo de construção do Brasil enquanto nação independente”. Nas palavras da autora, a proposta de um museu histórico nacional distanciava-se, portanto, dos museus enciclopédicos dedicados à temática da evolução dos seres vivos, em especial, da espécie humana. Seu principal objetivo era tratar de uma outra evolução, a evolução da chamada nação brasileira. Além disso, o museu do tipo enciclopédico atingiu seu apogeu no período entre o final do século XIX e meados dos anos 20. Essa instituição cumpria papel relevante enquanto local de ensino e de produção científica. O grande paradigma era o evolucionismo, e, sob essa égide, os museus problematizavam a temática da evolução das espécies. Em geral, abrigavam coleções que representavam indistintamente variedades da flora, da fauna e de espécie humana (Abreu, 1993).

Sob a égide da tradição, a nação era concebida como uma construção cujas bases teriam sido edificadas num passado remoto, a que a República apenas dava continuidade.

Barroso opunha-se aos que viam na República uma ruptura com relação ao Império privilegiava o aspecto de permanência em sua construção histórica da nacionalidade. Nessa construção, eram atribuídos valores a períodos considerados notáveis, Barroso referia-se ao Império como meio século de bondade (Abreu, 1996, p. 170).

O Museu Histórico Nacional tendia a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade.

A ideia de que a verdadeira história da Nação começara no dia da chegada da coroa portuguesa ao continente americano foi sempre reiterada por Barroso. Objetos das elites aristocráticas tiveram destaque nas exposições, pois não só os condes e barões foram os heróis retratados das guerras nacionais, como estes foram os grandes doadores de prataria, louças brasonadas, mobílias e telas. O Museu Histórico Nacional associou uma proposta de culto ao passado à versão militarista. Moedas, medalhas, armas, canhões e objetos de artilharia similares eram exibidos lado a lado, como se cada um destes objetos fosse considerado insubstituível. Junto a uma imensidade de objetos provindos de campos de batalha, eram expostas estátuas e imagens de heróis nacionais, como Caxias, Pedro I e Pedro II, e pinturas gigantescas que retratavam batalhas travadas pela Nação. As grandes batalhas representadas aparecem associadas ao Império e seus heróis (Santos, 2002).

É interessante observar que a perspectiva autoritária e centralizadora da proposta política mais ampla de Barroso se consolidou no perfil que imprimiu no Museu e na Escola de Museologia que criou. O museu militarista que foi criado não expressava as lutas de um povo por sua emancipação, mas o exílio interno de um líder integralista sem apoio popular (Santos, 2002). Assim, o nacionalismo que o Museu Histórico Nacional traz em suas exposições exemplifica de forma magistral o distanciamento que havia entre esta instituição e a população brasileira. Conforme Abreu (1996, p. 167), “ao nomear Gustavo Barroso para dirigir o Museu Histórico Nacional, o presidente Epitácio Pessoa cumpriu as normas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras, onde as oligarquias se revezavam no poder, trocando cargos, honrarias e privilégios”.

Diante das posições ideológicas que guiaram a trajetória do Museu Histórico Nacional, situado em uma linha nacionalista militarista típica dos museus europeus que tendem a operar a partir de narrativas unificadoras e de projetos simbólicos vinculados à construção do Estado Nacional (Santos, 2006). Nesse contexto, a abertura das coleções do Museu do Louvre à população, em 1792, pode ser considerada um marco no estabelecimento da definição de patrimônio moderno, garantidor da representação do novo Estado Nacional que se formava através de uma nova concepção de arte e cultura. As grandes coleções, anteriormente preservadas em antiquários e palácios, perdiam seus vínculos com critérios pessoais, sagrados e secretos e passavam a ser identificadas ao espaço público ilustrado das artes e do saber (Poulot, 1997).

A decisão sobre o que é o “verdadeiro” passado ou belo ou científico, acaba produzindo a ideia daquilo que não é verdadeiro através de uma identidade negativa: o que não é história, não é arte, não é ciência. Esse processo, até então negado enquanto tal, deixou grande parcela do público excluída da possibilidade de se identificar através das exposições museológicas, como agentes históricos, artistas, cientistas, produtores etc. (Santos, 2006). Nesse horizonte, é relevante destacar as especificidades sociais, culturais, étnicas, territoriais e populares dos museus regionais, os quais são espaços estratégicos de produção, mediação e disputa de sentidos sobre o passado, especialmente no que diz respeito às memórias, identidades e patrimônios construídos fora dos grandes centros hegemônicos de poder.

Nesse contexto, propõe-se analisar a importância do Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) como um projeto museológico de significativa relevância para a visibilização das questões sociais, históricas e culturais da Região Nordeste. Trata-se de uma região fundamental para a formação histórica do Brasil, especialmente no período colonial, quando se estruturou,

de modo decisivo, a economia da monocultura da cana-de-açúcar, sustentada por uma sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata. Inaugurado em 21 de julho de 1979, aproximadamente cinco décadas após a criação do Museu Histórico Nacional (1922), o MUHNE consolida-se como espaço de interpretação crítica da formação social brasileira, articulando memória, identidade regional e reflexão historiográfica. O Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), foi criado a partir das ideias museológicas defendidas pelo sociólogo Gilberto Freyre como um “lugar onde, por excelência, uma cultura material, viria a ser elaborada, formatada, comunicada e interpretada” (Poulot, 1992, p. 128), como analisaremos na próxima seção.

### **Regionalismo e identidade social: a concepção freyriana de Museu do Homem do Nordeste**

O sociólogo e antropólogo pernambucano Gilberto de Mello Freyre, conhecido, principalmente, por sua obra *Casa-Grande & Senzala*, publicada, pela primeira vez em 1933, que se tornou um marco na historiografia brasileira e na compreensão da formação social e cultural do Brasil, nasceu em Recife, em 1900. Seu pensamento museológico foi influenciado, durante sua formação no exterior, pelo antropólogo Franz Boas, considerado o fundador da antropologia cultural norte-americana, combinada com sua vivência no Nordeste e, foi igualmente fruto de uma época que produziu outros intérpretes da sociedade brasileira, entre os quais deve ser incluído Gustavo Barroso, como salienta Chagas (2009).

No entanto, diferentemente de Barroso, que se detinha no culto da saudade e no caráter militar da formação social brasileira, Freyre, considerando o passado, o presente e o futuro como coexistentes, examina a formação da sociedade brasileira, optando pelo estudo da história íntima, de uma quase rotina de vida (Chagas, 2009). Nas palavras de Freyre (1977, p. 88):

Estudando a vida doméstica dos nossos antepassados, sentimo-nos aos poucos nos completar, é outro meio de procurar-se o tempo perdido. Outro meio de nos sentirmos nos outros, nos que vieram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.

Na visão de Freyre, o conhecimento do passado ajuda a compreender quem somos. Esse posicionamento, de certo modo, representa uma atitude de autoconhecimento. A reflexão do autor expressa, em grande medida, o princípio fundante do Museu do Homem do Nordeste (MUHNE). Sendo assim, Santos (2017) argumenta que Gilberto Freyre é considerado um dos clássicos do pensamento social brasileiro, tendo em vista que na obra *Casa-grande & senzala*

(1933), sua interpretação sobre as relações sociais estabelecidas no período colonial, a partir do conceito de patriarcalismo, trouxe sofisticação e complexidade suficientes para explicar simultaneamente seus aspectos despóticos.

Após o período de formação nos Estados Unidos da América, na universidade de Baylor e universidade de Columbia, onde foi aluno do antropólogo Franz Boas e do sociólogo Franklin Giddings e antes do retorno definitivo ao Brasil, em 1923, Gilberto Freyre realizou viagem de estudos e de visitas a museus europeus em Paris, Oxford e Berlim. Estes estudos foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento museal de Freyre. Tal entendimento, conforme ressalta Chagas (2009), favoreceu a comparação com o panorama museológico brasileiro, especialmente no que dizia respeito aos museus de antropologia e para as tradições culturais de caráter regional. Visto de fora, o Brasil era um riquíssimo tema para abordagens museais.

Na década de 1940, Gilberto Freyre inicia a defesa de criação, no Brasil, de museus regionais. Por um lado, porque percebia a diversidade cultural, histórica e econômica do País, diversidade evidenciada por suas dimensões continentais. Por outro lado, porque identificava nos hábitos e costumes do homem comum, nas expressões da vida comum, os verdadeiros elementos formadores do perfil sociocultural da nação. Tais museus não deveriam, como os existentes até então, ter seus olhos voltados exclusivamente para os troféus de guerra, ou para os artistas consagrados por esta ou aquela academia, ou para os despojos de uma única classe, a dos senhores, ou, ainda, para o que fosse classificado como raro (Cavalcante; Rodrigues, 1998). À vista disso, o olhar atento de Gilberto Freyre permitia a identificação de omissões e lacunas diante da importância de construir no Brasil um grande museu do Homem especializado na apresentação sistemática, didática, cientificamente orientada, de material antropológico relativo à gente brasileira nas suas várias expressões regionais (Chagas, 2009). Nesse horizonte, os escritos de Freyre sobre a sociedade brasileira e seu investimento na modernização e criação de museus podem ser compreendidos a partir da seguinte reflexão:

Eis o que seria um museu interessante, cheio de fortes sugestões para a inteligência ou imaginação jovem, que entre nós desabrocha sem nenhum estímulo do passado: um museu que nos recordasse as afirmações mais características da vida colonial, a sua técnica de produção, a de transporte, o mobiliário, os tipos de casa, os costumes de vestir, os aparatos das grandes procissões e festas de igrejas. Da serralharia e carpintaria dos engenhos recordaria o museu, ao menos pelo desenho, aquelas rodas de água e aquelas engrenagens recortadas nas duras madeiras da terra-sucupira, pau-d'arco, vinhático que foram a surpresa e o encanto de Tollenare: aquelas obras de carpintaria de uma execução perfeita, a que se refere o viajante francês, tão sóbrio no elogio; as canos, as caixas de açúcar, os tirantes, os fechais produzidos pela serralharia ao lado das

obras de marcenaria, talhadas no roxo e no vermelho das madeiras seletas, para mobiliário das casas-grandes (Freyre, 1975, p. 20).

Esse pensamento demonstra o entendimento do sociólogo pernambucano sobre museus regionais e com grande prestígio como intelectual e político. Na década de 1960, Freyre delinea o perfil de um museu que serviria como uma das bases dessa nação chamada Brasil. Traz o aprendizado da antropologia e dos diversos museus nacionais e etnográficos europeus que procuravam envolver a população nos novos desenhos de Estado Nacionais que se configuraram no pós-guerra (Santos, 2017). No entanto, a autora esclarece que o Museu do Homem criado em 1938, em Paris, desempenhou um papel importante na passagem de substituição de narrativas evolucionistas pelas abordagens culturalistas.

Para Freyre (1960) era fundamental um museu que fosse uma documentação viva da cultura do lavrador e do trabalhador rural, da sua habitação, dos seus tipos mais característicos de vestuário, de móvel, de louças, de cerâmica, de cesta, de transporte, de calçados; do seu vasilhame de cozinha; da sua arte; da sua técnica de trabalho agrário; dos seus brinquedos e jogos; dos seus cachimbos, das suas facas de ponta; das suas cuias de madeira; das suas esculturas de santos; das suas promessas e dos seus ex-votos ligados à sua vida agrária; dos seus arreios, das suas esporas, dos seus adornos de animais.

Aspectos da vida agrária dão originalidade à cultura da região nordeste que constitui o objeto principal de estudos de parte dos pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) criado em 1949, no Recife, por iniciativa de Gilberto Freyre (Ramos, 2016). Cabe mencionar, entretanto, que em 1980, o Instituto foi ampliado e reestruturado, dando origem à atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), vinculada ao Ministério da Educação, que mantém e expande as linhas de pesquisa iniciadas pelo IJNPS (Ramos, 2016). Todavia, a concepção Freyriana de museus acompanhava os movimentos da época. Desde a década de 1930, a antropologia cultural dava origem a novas experiências no campo da museologia. As novas exposições inseriam objetos em cenas ou dioramas com o apoio de manequins que reproduziam posturas e expressões encontradas nos trabalhos de campo. Críticas severas eram feitas para a exposição de objetos colecionados com base em classificações sistêmicas que valorizavam função ou matéria. Estas eram exposições consideradas fragmentadas e sem sentido (Santos, 2017).

Nesse contexto, o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), vinculado à Diretoria de Documentação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), nasceu da fusão de três outros museus: o Museu de Antropologia (1961-1978), o Museu de Arte Popular (1955-

1978) e o Museu do Açúcar (1963-1978), sendo também norteado pelas prospecções desenhadas nas teorias de Gilberto Freyre acerca da região e da identidade nordestina. Nessa perspectiva, Heitor (2013) esclarece que Freyre projetou um tipo de museu representativo de uma cultura por ele compreendida a partir de um recorte regional que buscou construir discursos e sentidos relativos a sociedade, as tradições, aos homens e lugares. A autora defende que o sociólogo pernambucano acreditava que o museu era o lugar adequado para propiciar a experiência de sua teoria sobre o Nordeste e o nordestino. Tratava-se da teoria estruturante do pensamento sociológico, antropológico e histórico desenvolvida por Freyre (Heitor, 2013).

No contexto dessa teoria, o acervo do MUHNE vai desde peças requintadas que pertenceram às famílias da aristocracia açucareira, quanto peças simples utilizadas pelo homem do povo da região (Silva, 2014, p. 81). Assim, o MUHNE reúne coleções caracterizadas pela heterogeneidade e pela variedade, apresentando peças requintadas, das ricas famílias dos senhores de engenho, ao lado de objetos muito simples, de uso, ainda hoje, no cotidiano das classes menos favorecidas do Nordeste brasileiro. De acordo com Brayner (2009) o MUHNE tem por objetivo pesquisar, documentar, preservar, difundir e atualizar esse rico patrimônio cultural da região, constituindo um vasto campo de pesquisa histórico-social, étnico-cultural e étnico-histórico. A abertura do MUHNE ocorre em meio às comemorações do aniversário de 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e antecipa a transformação jurídica do Instituto em Fundação (Ramos, 2016). Nesse contexto, Silvia ressalta que:

O MUHNE desde sua instalação já se desenha como instituição de grande relevância no cenário museológico e intelectual brasileiro inclusive no desenvolvimento de ações de assessoramento a outras instituições do Norte e do Nordeste. [...] O museu como espaço de ação social, já é citado por Freyre, dentro de uma visão que antecede a própria perspectiva da *museologia social*, além de instituir o espaço museal como um centro de pesquisas (Silvia, 2014, p. 83, grifo nosso).

A ideia da autora demonstra a prioridade social, político e cultural na forma de atuação do MUHNE, sinalizando para os métodos de intervenção na realidade e do impacto que sua ação deve ser capaz de provocar. Porém, ainda de acordo com Silva (2014), as críticas aos conceitos de homem e de região propostos pelo MUHNE impulsionaram uma reavaliação da instituição acerca dos seus discursos, efetivados até então, inclusive por meio de programas e projetos. É necessário perceber o processo de gestão do patrimônio público que pressupõe a preocupação do MUHNE com o contexto social e temporal no qual se encontra inserido.

É válido salientar que o MUHNE por seu lugar, enquanto uma instituição museológica representativa dentro da história do Brasil, reflete um conjunto de relações sociais que no século

XX construíram projetos de nação e de memória para o país (Ramos, 2016). Contudo, Guimarães (2021) afirma que o MUHNE não é apenas mais um museu. É um museu antropológico brasileiro, que tem compromisso de representar as diversas culturas e identidades do homem e da mulher do Nordeste, destacando-se, no cenário da museologia nacional, por ser um museu culturalista, mantendo-se fiel a ideia de Gilberto Freyre que considera o museu como lugar de experiência com a cultura material e elemento de identificação social e cultural.

### **Concepções de museus em diferentes cenários museológicos no Brasil: as representações do nacionalismo e do regionalismo**

A análise comparativa entre o Museu Histórico Nacional (MHN) e o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) permite problematizar concepções distintas de museu em diferentes épocas, especialmente no que se refere às relações entre memória, identidade, narrativa histórica e representação social no âmbito do pensamento museológico brasileiro. Ambas as instituições constituem espaços de produção simbólica em cenários museológicos distintos e operam a partir de matrizes epistemológicas e políticas diferenciadas. O Museu Histórico Nacional (MHN) é caracterizado pelo culto à saudade, aos acervos valiosos e gloriosos, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos e se constitui em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento de autoridade (Chagas, 2002).

Em grande medida, esta concepção tradicional de museu se ampara numa visão de história positivista, surgida no século XIX, reproduzida nas exposições, reafirmando ideias e posturas culturais (Bottalloy, 1995), nas quais os objetos são coágulos de poder e indicadores de prestígio social. O poder, neste modelo de museu, é concebido como alguma coisa que tem locus próprio, vida independente e está concentrado em indivíduos, instituições ou grupos sociais (Chagas, 2002).

Nesse entendimento, Abreu (1996) salienta que o Museu Histórico Nacional (MHN) tendia a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade. Corporificando a ideia de monarca esclarecido, onde D. Pedro II, foi apresentado como uma dessas pessoas exemplares. Assim, o culto à tradição implicou o culto a pessoas exemplares, capazes de personificar essa tradição.

O culto à pessoa exemplar, tanto no caso do Imperador quanto no de outras pessoas eleitas como tal, estruturava-se por meio dos objetos a ela relacionados. Ao período do Império

corresponderia um passado magnífico. “A civilização nos trópicos brasileiros teria sido aquisição da nobreza brasileira, consolidada durante o reinado de D. Pedro II. Por meio do culto a determinada representação do passado, esse conjunto de ideias e valores era afirmado no presente” (Abreu, 1996, p. 187).

Cabe ressaltar que no Museu Histórico Nacional (MHN), o Brasil passou a ser representado por valores transcendentais e heróis nacionais, excluindo o processo de representações do cotidiano de diversos grupos e categorias sociais situados no espaço e no tempo histórico (Gonçalves, 2007). Em 1922 com a criação do MHN, o pensamento museal no Brasil plantou-se como algo distante e isolado dos interesses e, até mesmo, dos olhares das camadas populares, e isso teve consequências que se desdobraram no século XX (Chagas, 2009). À vista disso, o Museu Histórico Nacional (MHN) não foi o espelho do Brasil dinâmico que se buscava em 1922. De acordo com Santos (2006), é possível situá-lo em uma linha nacionalista e militarista típica de museus europeus da década de 1920. A história política dos grandes heróis e das gloriosas batalhas tem seus laços com uma atitude romântica em relação à nação. Para a autora, os atos valorizados por Barroso eram aqueles ligados à história militar do país, destacando as grandes batalhas, como Mascates e Guerra dos Farrapos e resgata Caxias, Osório, Tamandaré e os imperadores como heróis da pátria. No sentido positivista que parecia ter orientado a formação do núcleo original do acervo do MHN, Santos (2006, p. 37) esclarece que:

Dedicou-se o MHN à memória da nação, por meio do passado, ignorou causas e explicações mais gerais para os fatos históricos. O culto da saudade teve como base objetos que remetiam a uma experiência de nação que não mais existia. É como se o arcabuz trazido para o Museu, por sua autenticidade, fosse parte de uma realidade maior, de uma luta de determinações de fronteiras, de estabelecimento do poder, da força e da autoridade daquele país, sendo uma referência metonímia do todo. O elo entre o passado e o presente foi construído pelo desejo da experiência que os fragmentos recolhidos do mundo real possibilitavam.

No caso do Museu Histórico Nacional (MHN), observa-se a valorização de lembranças e símbolos associados à construção da identidade nacional, porém sem um aprofundamento sistemático das explicações relativas aos processos históricos, suas causas estruturais, os conflitos sociais envolvidos e os contextos políticos que os produziram. Nessa perspectiva, a instituição privilegiou a exposição de objetos considerados autênticos e representativos da nação, contribuindo para a elaboração de uma narrativa histórica marcada por um forte caráter evocativo e memorialista. Conforme argumenta a autora analisada, essa narrativa apoiava-se em uma dimensão nostálgica do passado, na qual os objetos musealizados funcionavam como

emblemas da nação e como vestígios materiais de uma experiência histórica idealizada. Entretanto, essa abordagem pouco problematizava as relações sociais e políticas que deram origem aos acontecimentos históricos, limitando-se, muitas vezes, à celebração simbólica de determinados episódios e personagens.

À vista disso, é pertinente retomar as reflexões de Jacques Le Goff, para quem o controle da memória e do esquecimento constitui uma das principais preocupações dos grupos sociais que exerceram, e ainda exercem, posições de poder nas sociedades históricas. Segundo o autor, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação” (Le Goff, 2007, p. 422).

Nessa mesma direção, Magaly Cabral (2008) desenvolve uma reflexão sobre a política da memória no contexto do pensamento museológico brasileiro. Para a autora, os museus dedicados à memória política frequentemente se encontram em situação semelhante à daqueles voltados à celebração da memória do poder. Em ambos os casos, observa-se a tendência de privilegiar narrativas legitimadoras de determinados grupos e projetos políticos, o que pode resultar na invisibilização de conflitos, tensões sociais e experiências históricas divergentes (Cabral, 2008).

Assim, a análise do MHN evidencia como os museus podem atuar não apenas como espaços de preservação patrimonial, mas também como instâncias de produção e legitimação de determinadas memórias coletivas, participando ativamente da construção simbólica da nação e da definição do que deve ser lembrado e do que pode ser silenciado no interior da narrativa histórica. No entanto, no cenário museológico brasileiro, a construção de narrativas não se limita ao nacionalismo. A partir da segunda metade do século XX, emergem experiências museológicas que passam a valorizar a diversidade cultural e as especificidades regionais, especialmente com a expansão de museus regionais, observa-se o fortalecimento de discursos relacionados ao regionalismo. Esses museus passam a enfatizar as particularidades populares, históricas e sociais de determinadas regiões, contribuindo para a valorização de identidades locais.

Um exemplo dessa perspectiva pode ser observado em instituições como o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), criado em 1979 e vinculado à Fundação Joaquim Nabuco, que surge em um contexto de revisão crítica das narrativas nacionais e de valorização das culturas regionais e populares. Inspirado nos estudos de Gilberto Freyre e em abordagens

antropológicas, o MUHNE propõe uma leitura do Nordeste como espaço plural, marcado por interações culturais, mestiçagens e dinâmicas sociais complexas. Diferentemente do modelo tradicional do Museu Histórico Nacional (MHN), o MUHNE desloca o foco das elites políticas para os modos de vida cotidiana, o trabalho, as práticas culturais populares e as expressões simbólicas da população nordestina.

Esse deslocamento de foco já indica uma aproximação com princípios que, posteriormente, seriam sistematizados pela museologia social. O Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) pode ser compreendido como uma instituição que dialoga fortemente com a perspectiva da museologia social, embora sua criação seja anterior à consolidação teórica desse campo. Contribuindo com essa discussão, Chagas *et al.* (2018) compreendem que a museologia social se constitui “in mundo”, ou seja, na relação direta com a sociedade, com as demandas e questionamentos de segmentos sociais específicos. A museologia social ou sociomuseologia surgiu de amplos debates e embates, de um acúmulo de tensões, críticas, enfrentamentos, vivências, reflexões e práticas que impactaram a museologia e os museus que do século XIX, projetaram-se no século XX, sem que seus paradigmas tivessem sido submetidos a uma análise crítica.

Todavia, o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) se aproxima desta acepção, do museu como instância simbólica, como instante relacional entre homem e coleção, entre o Homem e a realidade. De acordo com Rigoli *et al.* (2020), o movimento da museologia social emerge transformando as perspectivas até então desenhadas, representando um momento em que os olhos da Museologia, habituados a olharem para dentro de si e para dentro dos museus, expandem suas órbitas para ver o que está fora. O homem. Se antes a Museologia tinha seu foco voltado ao objeto, agora o objeto primeiro de seus estudos é o ser humano e a construção das relações para com sua memória, identidade, referências e a própria posição diante da sociedade e do real.

Assim, o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) sendo representante de uma museologia ativa, insere-se em um contexto de ampliação das narrativas museológicas no país, ao deslocar o eixo interpretativo tradicionalmente centrado no Sudeste para a valorização das dinâmicas históricas, sociais e culturais do Nordeste. Para Chagas (2009), os museus regionais possuem potencial crítico ao confrontar narrativas oficiais e produzir leituras alternativas da história nacional, especialmente quando incorporam a participação das comunidades locais nos processos de curadoria e interpretação. Essa atuação contribui para a democratização da

memória e para a ampliação do conceito de nação, que passa a reconhecer diferenças étnicas, regionais e sociais como constitutivas de sua própria existência.

Além disso, a valorização dos museus regionais está diretamente relacionada às políticas culturais e patrimoniais. Conforme observa Gonçalves (2007), o patrimônio não é um dado natural, mas uma construção social orientada por valores e interesses. Dessa forma, os museus regionais não se colocam em oposição ao projeto nacional, mas atuam como seus mediadores críticos. Ao tornar visíveis histórias locais, sujeitos historicamente silenciados e práticas culturais marginalizadas, essas instituições contribuem para a construção de uma nação que se reconhece como diversa, desigual e em permanente construção.

### **Considerações finais**

A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um olhar de curiosidade a respeito de peças de museu em um olhar de indagação, de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua História (Bittencourt, 2009). “Nos dias de hoje os museus estão em pleno renascimento, pois são vistos como espaços privilegiados da construção da memória e da identidade” (Oliveira, 2008, p. 34). Contudo, o exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu.

No entanto, é preciso pensar o conhecimento do passado preservado pelos museus em um mundo que convive com o desenvolvimento acelerado da tecnologia, que se transforma em cada segundo, “tornando anacrônico o que acabou de ser criado, apagando os rastros do passado e desprezando a tradição e a memória” (Santos, 2006, p. 16). Mas, é preciso enxergar a memória como um conceito categórico, que abrange várias áreas do conhecimento científico. Pois, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (Le Goff, 2007).

Trata-se de pensar as transformações da museologia por diferentes campos do saber e disciplinas que buscaram nos espaços dos museus a possibilidade de atribuir estatuto de verdade ao pensamento de historiadores, antropólogos, etnólogos, museólogos, entre outros (Heitor, 2017). Dessa forma, os museus contemporâneos tendem a assumir um papel mais crítico e reflexivo em relação às narrativas sobre a nação e as identidades regionais. Em vez de

apresentar uma história única e linear, essas instituições passam a reconhecer a pluralidade de memórias e experiências que compõem a sociedade brasileira.

Nessa conjuntura, as ações regionais precisam ser conhecidas e valorizadas, necessitando de mais estudos a respeito dessas iniciativas. Na sequência dessa discussão, Cantarelli (2014) afirma que as referências existentes sobre os museus no Brasil, possuem um olhar muito centrado nas ações ocorridas nos grandes museus, e no Rio de Janeiro, vinculada estritamente com a atuação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ou de grandes instituições museológicas. O SPHAN foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse contexto, observa-se um processo de tensionamento das distinções historicamente estabelecidas entre cultura erudita e cultura popular, evidenciando mudanças significativas nas práticas museológicas, nos processos curatoriais e nas políticas de patrimonialização. Tal deslocamento revela transformações mais amplas nos modos de produção e legitimação da memória social, na medida em que diferentes experiências culturais passam a ser incorporadas, ainda que de forma desigual, aos discursos institucionais sobre o passado.

Nesse sentido, a opção por desenvolver uma reflexão acerca da concepção de museu a partir do Museu Histórico Nacional (MHN) e do Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) fundamenta-se na possibilidade de apreender linguagens museológicas distintas, passíveis de análise comparativa. Enquanto o MHN esteve historicamente associado à construção de uma narrativa nacional centrada na valorização de símbolos políticos, militares e institucionais do Estado brasileiro, o MUHNE propôs uma abordagem que privilegiou a interpretação das experiências sociais e culturais do Nordeste, incorporando elementos do cotidiano, das práticas populares e das formas de vida regionais.

Desse modo, a comparação entre essas duas instituições permite problematizar os sentidos e as funções atribuídas aos museus em diferentes momentos históricos, evidenciando como tais espaços participam da elaboração de representações sobre a nação e suas regiões. Parte-se do pressuposto de que os acervos museais não se configuram apenas como conjuntos de bens materiais preservados, mas como construções discursivas que organizam e hierarquizam determinadas memórias em detrimento de outras. Nesse processo, os museus atuam como instâncias de mediação simbólica que articulam memória, identidade e relações de poder.

Essa perspectiva dialoga com as reflexões de Anderson (2008) acerca da formação das comunidades imaginadas, ao evidenciar como instituições culturais contribuem para a construção de narrativas compartilhadas sobre a nação. Da mesma forma, aproxima-se das análises de Hobsbawm (1997) sobre a invenção das tradições, na medida em que os museus participam da seleção e legitimação de símbolos e práticas que passam a representar a identidade coletiva. Por fim, mobiliza a noção de lugares de memória desenvolvida por Nora (1993), permitindo compreender os museus como espaços privilegiados de institucionalização de determinadas interpretações do passado, nas quais se articulam projetos de identidade nacional e regional.

### Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p.159-211.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 283-287, 1995.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.
- BRAYNER, Vânia. Museu do Homem do Nordeste. *Comunicação & Educação*, Ano XIV, Número 2, maio/ago, 2009.
- BRAYNER, Vânia. Museu do Homem do Nordeste. *Comunicação & Educação*, Ano XIV, Número 2, maio/ago, 2009.
- CABRAL, Magaly. O Museu da República e sua política de memória. In: CHAGAS, Mario de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETIT, Sarah Fassa (Orgs.). *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a Conspiração da Ignorância com a Maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Recife: Massangana, 2014.
- CAVALCANTE, Carlos; RODRIGUES, Edvaldo. *Museu do Homem do Nordeste: projeto "Museus de Pernambuco"*. Recife Ed. Mongraf, 1998.
- CHAGAS, M. Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, 11, 2002.
- CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: Ensaio contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 136-167.

CHAGAS, Mário. *Museu, memória e poder*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CHAGAS, Mário. Museus: antropologia da memória e do patrimônio. *Museus: Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 31, 2005, p. 14-25.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Demu/Iphan/Minc, Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação do Brasil. *Revista do IPHAN*, número 31, 2005.

GUIMARÃES, Fernanda Cavalcante. Prefácio. In: CRUZ, Henrique de Vasconcelos; BIVAR, Marília (Orgs.). *Museu do Homem do Nordeste em 40 objetos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed Massangana, 2021.

HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. *Museu a seu modo: o museu como dispositivo de validação da teoria social de Gilberto Freyre*. Orientador: Mario de Souza Chagas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, 2013.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

NEDEL, Letícia Borges. A invenção do passado regional. In: NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. p. 89-110.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine: 1789–1815*. Paris: Gallimard, 1997.

RAMOS, Juliana da Costa. *Museu do Homem do Nordeste: a narrativa expográfica de uma região (1979 – 2002)*. 2016. 158 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2016.

REIS, Gabriel Alves. Os museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental e cultural. *Revista CPC*, São Paulo, v.16, n.31, p.69-94, jan./jun. 2021.

RIGOLI, Mariana; SICILIANO, Mell; FREITAS, Yago; SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Museus e museologia: conceitos e relações em retrospectiva. In: SCHEINER, Teresa Cristina Moletta; GRANATO, Marcus (org.). *Museus e museologia na América Latina: compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional e a valorização de estratégias inclusivas*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020. p. 322-337.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, 2. ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Antropologia Cultural e museus em Gilberto Freyre. In: HEITOR, Gleyce Kelly; CHAGAS, Mario (Orgs.). *O Pensamento Museológico de Gilberto Freyre*. Recife: Massangana. 2017.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. In: CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). *Museu e política de memória. Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Edna Maria da. *Educação em Museu: a experiência do Museu do Homem do Nordeste*. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Carvalho Benício de Mello. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife, 2014.

Recebido em 15/03/2026.

Aceito em 11/08/2026.